

Entrevista de Fabiane Popinigis

Concedida a
Isabelle Pires¹



Fabiane Popinigis professora adjunta do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGH/UFRJ). Possui graduação, mestrado e doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do prof. Sidney Chalhoub, com estágio na Universidade Paris IV-Sorbonne, sob supervisão do prof. Luiz Felipe de Alencastro. Sua tese de doutorado ganhou o concurso Várias Histórias, do CECULT, e seu livro *Proletários de casaca - empregados no comércio carioca (1850-1911)*, foi publicado pela Ed. da UNICAMP em 2007. Publicou vários artigos sobre o comércio de gêneros nas ruas de Florianópolis no oitocentos, com foco no mercado de trabalho e relações raciais e de gênero na ocupação da cidade. É membro do GT Mundos do Trabalho da ANPUH e do GT Nacional Emancipações e Pós-abolição. Atualmente é tutora do PET-História da UFRJ.

<http://dx.doi.org/10.12660/rm.v7n11.2016.64787>

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais – CPDOC/ FGV.

Professora Fabiane Popinigis, obrigada pela entrevista. Gostaria de iniciar perguntando como e por que a categoria de gênero foi integrada às suas pesquisas?

Em primeiro lugar, agradeço pela entrevista, Isabelle. Respondendo à sua pergunta, eu comecei a atentar mais para as relações de gênero nas minhas pesquisas quando eu fui questionada sobre isso no meu doutorado. Algumas das principais fontes que utilizei foram os processos crime e entre os muitos conflitos que encontrei havia agressões de homens a mulheres. Nesses documentos fiz minha seleção com foco nos trabalhadores no comércio a retalho, e ser caixeiro era uma ocupação muito comum para homens jovens e no Rio de Janeiro, sobretudo, os portugueses. O número de caixeiras não chega a ser representativo nos processos que li, mas no início do século XX começam a aparecer mais mulheres com a profissão de “caixeira”. Eram em geral situações em que elas estavam na rua, realizando uma atividade de trabalho ou voltando para casa, e eram agredidas por um homem, um parceiro ciumento ou um colega de trabalho, por exemplo. Era interessante notar que o trabalho das empregadas no comércio na década de 1900 aparecia nos processos da perspectiva da moralidade delas, que estava em questão: questionava-se porque trabalhavam, em que horário voltavam para casa, o local, as atividades que exerciam, como se comportavam com os clientes e os homens à sua volta. Aos olhos dos homens que as julgavam, o limite entre o trabalho das mulheres pobres e a prática da prostituição era tênue. Entretanto, o emprego no comércio era uma ocupação valorizada para os trabalhadores homens porque dependendo do estabelecimento poderia levá-lo a galgar alguns degraus na hierarquia social. Mas a ascensão social dependia de vários fatores e a grande maioria desses trabalhadores continuava sob uma intensa exploração do trabalho. Por isso eles se organizaram em associações com o objetivo de limitar as horas de trabalho no comércio. Esse foi o tema da minha tese de doutorado¹. As relações entre caixeiros – como eram chamados então os empregados no comércio – e as mulheres que frequentavam bares e locais de sociabilidade, muitas vezes identificadas como prostitutas, abordei num outro artigo com Cristiana Schettini².

Mas quero que questões como o papel do gênero nas definições do que é visto como trabalho dignificado e merecedor de direitos, e também sobre o trabalho das mulheres no comércio a retalho – tenha mais desdobramentos no futuro.

O que podemos perceber com a incorporação da categoria gênero aos estudos históricos e o que deixamos passar quando não pensamos na perspectiva de gênero?

Eu costumo dizer que você pode não trabalhar com o gênero, escolher ignorar

¹ Tese de doutorado defendida na UNICAMP que se tornou livro. Conferir: POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de Casaca: Trabalhadores do comércio carioca (1850-1911)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

² SCHETTINI, Cristiana; POPINIGIS, Fabiane. “Empregados do comércio e prostitutas na formação trabalhadora no Rio de Janeiro republicano”. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 11, nº 19, jul-dez, 2009. p. 57-74.

essa perspectiva, mas as relações estão lá. Gênero não é um tema de pesquisa, mas uma forma de abordar as questões. Na universidade cresce exponencialmente o interesse por tudo que é relacionado aos estudos de gênero e muito sobre feminismo também, e eu falo especialmente do curso de História que é o meu lugar de trabalho. Os alunos e as alunas se interessam muito, questionam, querem saber e com frequência se surpreendem ao ter os primeiros contatos com a versão acadêmica do que eles vivem no cotidiano. Isso possibilita uma compreensão mais profunda da realidade que eles vivem. Ainda que estejam familiarizados com debates sobre gênero, quando se deparam com análises em perspectiva histórica os alunos e as alunas são em geral surpreendidos e mesmo na pós-graduação, costumam se surpreender ao perceber que qualquer objeto de pesquisa pode ser abordado a partir dessa perspectiva, ainda que não de forma central. A pessoa diz, por exemplo, trabalho com militares, marinheiros, com o Exército e eu digo, nossa, justamente aí há muito o que falar sobre relações de gênero e masculinidade.

Então, se no geral, há o crescimento do interesse pelo feminismo por parte das mulheres mais jovens, e homens também, por outro lado, há um desconhecimento sobre o potencial desses estudos para os mais diversos temas. E há campos em que há muita resistência. Algumas pessoas se referem a gênero como se fosse um tema de pesquisa, como se fosse necessário deixar de lado determinada abordagem ou até mesmo objeto para ir fazer outra pesquisa, ligada à gênero. E não é assim. É claro que você pode evitar, ignorar, mas não deixa de ser uma ausência. Então, levar em conta as relações entre os sexos nas análises só pode ser enriquecedor para qualquer objeto de pesquisa ainda que este não seja um elemento central.

Isso me fez pensar em outra questão: a senhora acha que ainda são mulheres que trabalham com gênero ou os homens já estão incorporando essas análises também?

Observamos nos congressos e artigos que são mais mulheres. Acho que isso se deve em grande parte porque muitas vezes se pensa em gênero como sinônimo de um tipo de história das mulheres, e algo que excluiria os homens. Então eu acho que o fato de que há muito mais mulheres trabalhando com as questões de gênero está muito ligado a uma impressão de que isso seja coisa de mulher. O que é um equívoco, porque o gênero é relacional. Relações de gênero supõe relações entre homens e mulheres entre homens e homens e mulheres e mulheres. Porque o gênero é estruturante das relações de poder na vida social e política, como enfatizou Joan Scott e por isso é uma forma de acessar e investigar as relações nas pesquisas históricas e na própria academia, para compreender o funcionamento da sociedade em seus vários aspectos políticos, econômicos e sociais. Não se trata apenas de incluir as mulheres na história, saber onde elas estavam, como estavam e o que faziam, mas também de como pensar a partir daí mudar e transformar a perspectiva histórica, integrando novos elementos à análise e assim revelando dimensões que de outra forma ficariam invisibilizadas.

Pelo que a senhora tem visto em eventos acadêmicos, a categoria de gênero tem sido incorporada às pesquisas sobre os mundos do trabalho?

Nos últimos anos isso tem voltado a ser uma questão. Houve um hiato em que os estudos de história social do trabalho não abordaram muito as questões de gênero. Depois de trabalhos pioneiros da década de 1980 que hoje são clássicos não houve um crescimento do interesse generalizado da historiografia pela outra metade da classe trabalhadora. É claro que houve pesquisas e trabalhos desenvolvidos nesse meio, mas não o foram de forma sistemática e integrada, com espaços privilegiados que permitissem atrair jovens pesquisadores e pesquisadoras e jogar luz sobre questões candentes. Nos simpósios, nas coletâneas, nos eventos, nas teses e dissertações não havia um número significativo de mesas e apresentações sobre gênero ou o trabalho das mulheres. E naquele momento houve um crescimento do interesse pelos estudos de gênero em outros campos das Ciências Humanas, com a criação de centros e de publicações, principalmente na Antropologia e na Sociologia.

Então eu falo especificamente da História do trabalho, porque embora haja muito potencial e um diálogo internacional estabelecido entre os estudos de gênero e a História social, a História do trabalho no Brasil na década de 1990 não foi um campo tão profícuo de estímulo e investimento em pesquisas que utilizassem a categoria gênero ou ainda que pusesse foco nas mulheres, caso comparemos, por exemplo, com a historiografia da escravidão que também teve uma grande influência do trabalho de E.P.Thompson. Nesse sentido, grande parte do interesse crescente dos pesquisadores pela diversidade das formas de trabalho foi levantada por densas pesquisas empíricas muito críticas às análises que supunham uma linha evolutiva da escravidão à liberdade, culminando com o trabalho assalariado. Essa perspectiva deixava de lado tanto as lutas dos escravos e sua condição de trabalhadores como a importância da África e dos africanos na formação social brasileira. Com o acúmulo de pesquisas e análises que hoje temos, não é mais possível tratar escravidão e liberdade como categorias dicotômicas e opostas, e a própria questão dos significados da liberdade e do que é esse trabalho livre frente às diversas formas de exploração do trabalho escravo e não livre são temas de pesquisa, não é algo que se pode apenas pressupor. E esse movimento da historiografia sem dúvida alargou o conceito de classe trabalhadora e avança hoje no campo do pós-abolição, ou pós emancipação.

Tais questionamentos, entretanto, deram-se bem menos em relação ao trabalho das mulheres em perspectiva histórica. Incluir essa perspectiva e questionamento supõe repensar a própria noção de trabalho e valorizar ocupações distintas ao longo do tempo que em geral nem foram consideradas “trabalho” e que sistematicamente foram e, muitas vezes, são realizados por mulheres. Muitos têm a ver com cuidado, com dependência, e outros estão relacionados a uma ideia de complementaridade com o trabalho principal, que é o do homem. Então incluir a análise de gênero também é fundamental para aqueles que se empenham em ampliar o conhecimento sobre a classe trabalhadora.

Felizmente há uma renovação do interesse por ocupações, profissões e atividades que muitas vezes nem foram consideradas como trabalho, mas que são fundamentais para o funcionamento de todo o sistema político e econômico e para o desenvolvimento do capitalismo. Mesmo que, há muito tempo, os movimentos feministas tenham atentado para isso, ainda há menos pesquisas do que gostaríamos sobre os temas de trabalhos e direitos das mulheres em perspectiva histórica, ou sobre o papel das relações de gênero na formação do mercado de trabalho. Até mesmo no caso de objetos de interesse mais tradicionais da história do trabalho como as fábricas e as greves. Atualmente é possível perceber nos congressos e nos eventos um aumento do interesse de jovens pesquisadoras e pesquisadores pelas condições de vida e trabalho de grupos de trabalhadoras, como operárias têxteis, da indústria fumageira, pelas amas de leite, quitandeiras, prostitutas, lavadeiras, pelas criadas e pelo serviço doméstico.

Este último é particularmente um tema de pesquisa que explodiu, e isso certamente está também relacionado à repercussão que tiveram as discussões sobre aquela que ficou conhecida como “PEC das domésticas” em 2013, grande vitória das lutas dos sindicatos das empregadas domésticas. E isso numa conjuntura em que houve abertura dos governos nos últimos 13 anos, inclusive com a criação de ministério e secretarias especiais, para colocar na pauta tanto o combate à violência contra as mulheres quanto às desigualdades de raça e gênero nas relações de trabalho.

Certamente também a expansão da universidade pública e as políticas de ação afirmativa estão relacionadas ao crescimento do interesse por novos temas de pesquisa, já que hoje há diversidade maior na academia. Eu não tive professores negros na universidade, mas tive colegas na pós-graduação e agora há mais pesquisadoras e professoras negras nas universidades, que fazem a diferença e tem uma ação transformadora nas suas áreas de atuação, tanto na pesquisa e no ensino como na atuação política e social. Obviamente ainda é pouco e temos que lutar para que isso continue mudando, porque muitos estudantes das universidades públicas hoje são pessoas que anteriormente não estavam, não tinham condições de estar ali e dar continuidade aos estudos. Muitos são os primeiros da família a se formar, são filhas e filhos de trabalhadores, inclusive de empregadas domésticas. Isso é fundamental porque além de ser uma forma de combater a desigualdade social essa diversidade traz novas inserções, possibilitando também um maior interesse por temas que antes eram periféricos e talvez vistos como menos importantes. Então aí voltamos à questão: como tratar o trabalho das mulheres como um tema periférico de menos importância política, econômica e social, ou como algo que só interessa às mulheres se isso diz respeito à mais da metade da população? E como explicar que mais de 90% das pessoas que realizam trabalho doméstico para outros são mulheres, em sua maioria negras, e que justamente essa categoria foi a última a receber direitos semelhantes às demais categorias de trabalhadores?

A senhora citou a questão política e me fez pensar em qual é a importância de se fazer discussões sobre gênero nas escolas e por que tem causado tanta reação nos que têm chamado de “ideologia de gênero”?

Temos vivido uma situação de grande retrocesso no processo democrático que põe em risco os avanços em termos de políticas de inclusão social e de direitos que tivemos nos últimos anos. Todo o processo que levou ao impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff, a primeira mulher a ocupar esse cargo no Brasil, esteve ele mesmo eivado de boas doses de machismo e misoginia. É um golpe na democracia, e também nos direitos dos trabalhadores, dos negros e das mulheres, porque abre espaço para uma agenda de grande retrocesso político em medidas que ameaçam até mesmo direitos garantidos pela CLT e pela Constituição de 1988. E tramitam no congresso vários projetos que, se aprovados, vão, entre outras coisas, reduzir o acesso das mulheres à saúde pública e proibir as discussões sobre gênero nas escolas.

Os ataques direcionados à inclusão dos estudos de gênero no currículo são parte desse retrocesso. Ao chamar as ações educativas ou de inclusão nesse sentido de “ideologia de gênero” seus críticos visam desqualificar esse campo de estudos, procurando associá-lo ao oposto de científico (aqui procurando sugerir uma suposta neutralidade). Acredito que o que mais afeta os opositores é uma característica forte dos estudos de gênero sobre sexualidade. Mas também e, principalmente, porque as relações de gênero são estruturantes das relações de poder e por isso as transformações nessas relações ameaçam privilégios e hierarquias estabelecidas. Alterações nos papéis de gênero trazem a ideia de desordem, de inversão de valores e a ameaça da imoralidade. Esse é, infelizmente, um discurso muito mobilizador contra os direitos das mulheres e da comunidade LGBT.

Sobre a primeira parte da pergunta, penso que é fundamental discutir gênero na escola porque é pela educação das relações de gênero que podemos diminuir enormemente a violência contra as mulheres e algumas desigualdades sociais, ou seja, ter um ensino realmente transformador. Há também um grande desconhecimento e confusão sobre o que é trabalhar com gênero na escola. Eu vi uma pessoa sendo entrevistada sobre esse PL ligado ao movimento estratégica e equivocadamente chamado de “escola sem partido”, que tem vários absurdos, mas cujo um dos principais problemas é com a questão do gênero. Essa pessoa dizia que uma criança de 6 anos não pode entender o que é gênero. Veja bem, a criança não precisa entender o conceito acadêmico. Mas é com essa idade, na escola, que eles estão experimentando, descobrindo, aprendendo a se relacionar. Os meninos não nascem gostando de azul e tendo vergonha de usar rosa, não nascem mais barulhentos, nem mais violentos, com mais propensão a jogar futebol e sem jeito para balé. Eles são ensinados a isso, estão aprendendo o que é “coisa de menino” e o que é “coisa de menina”. As meninas são ensinadas a se “comportar”, que significa sentar de pernas cruzadas, ajudar os adultos a arrumar a casa, a falar baixo, a não correr, a não desarrumar o cabelo. Elas são direcionadas a certas preferências, por exemplo, quando ganham prendas nas brincadeiras da escola como ferro de passar, vassourinha, jogo de panelas. O que

estamos querendo dizer quando damos só esse tipo de brinquedo para as meninas e quando eles são praticamente interditados aos meninos? Quando os pais e as mães acham que é um problema o menino brincar de boneca? Queremos dizer que isso não é para eles. Então por que seria quando eles crescessem se as principais referências – os pais e a escola – disseram que não era? Como podemos esperar que ele compartilhe os trabalhos da casa e a responsabilidade com os filhos, que lave a louça e cuide do bebê?

Aos meninos é dada muito mais liberdade, e eles são direcionados para as profissões mais prestigiadas e mais bem pagas desde as escolhas dos brinquedos considerados adequados para cada um. São estimulados na escola a gostarem e se aplicarem em determinadas matérias e assuntos, enquanto as meninas são desencorajadas, e depois isso é referido como uma característica “natural”. É claro que quando os meninos não se adaptam aos papéis de gênero eles também sofrem, também são limitados nas coisas que podem fazer. Muitas vezes são até cobrados por não agirem com agressividade, e ridicularizados se mostrarem interesse em determinadas coisas consideradas de “menina”. Isso limita as crianças a determinados lugares e poda as crianças de determinadas habilidades que poderiam desenvolver. É definição de papéis restritivos para eles. Mas a carga é maior sobre as mulheres, porque uma questão fundamental é a violência. Muitas vezes os pais dizem “ah, mas meu filho não é machista”, ou “o meu filho não é racista” e não atentam para o principal, de que é a reação dos pais e dos educadores em relação a determinadas ações, que vai referendar, reiterar e reforçar certos comportamentos, ou, ao contrário, mostrar os limites e porque aquilo é inaceitável, explicando, conversando e sobretudo dando o exemplo.

As meninas recebem muitos avisos para tomar precauções para evitar o assédio masculino. Desde pequenas elas aprendem como devem se comportar, como se vestir, com quem andar, quando ir, onde ir e até avisar quando chegar, para lembrar o movimento das estudantes daqui da UFRRJ, que ganhou muita força nos últimos tempos, o *Me avisa quando chegar*, contra os estupros, a violência e o assédio no campus. As meninas são sempre muito ensinadas sobre como se comportar, mas e aos homens, o que se ensina? É fundamental que meninos aprendam desde cedo o que é consentimento, tem que aprender, entre outras coisas que não é sempre não. Para isso é preciso ensinar a eles os limites do comportamento e o respeito às outras pessoas, e que as mulheres são seres humanos, são pessoas com os mesmos direitos que eles. As experiências de programas como o PIBID e o PET tem mostrado como esses estereótipos e papéis de gênero, assim como o racismo, são extremamente arraigados nas escolas e que incluem a violência. Muitas vezes a violência verbal e simbólica desemboca na violência física. E por isso tem que haver formação e informação que possibilite contrapor esses estereótipos e combater os preconceitos – racismo, machismo, homofobia - que fomentam a violência, porque essa é a melhor forma de prevenção, a partir de um lugar importante que é justamente a escola.

Voltando um pouco ao campo da pesquisa, a senhora poderia me dar um exemplo de um trabalho seu em que utilizou a categoria de gênero na análise para os mundos do trabalho?

Para um estudo que aborde o papel das diferenças sexuais nas transformações sociais não é preciso colocar o termo “gênero” no título e repetir o conceito no enunciado, mas sim atentar, na formulação do problema, na pesquisa e análise, para a forma como homens e mulheres, mulheres e mulheres e homens e homens se relacionam em diferentes épocas e como essas relações se transformam. As mulheres não podem ser pensadas isoladamente, elas não vivem sozinhas, estão em sociedade, e como já dizia Natalie Davis, é preciso aprofundar as pesquisas sobre “os significados dos papéis sexuais na vida social e na mudança histórica”³. E para nós, hoje, é fundamental uma abordagem que integre as dimensões de raça, classe e gênero em perspectiva histórica e de forma indissociável. É preciso pensar como essas categorias se sobrepõem e se interconectam com pesos e importâncias diversas em diferentes momentos.

Na minha última pesquisa que teve origem quando realizei um pós-doutorado na UFSC, ligada ao Laboratório de história social do trabalho e da cultura, analisei o papel dos trabalhadores e das trabalhadoras no comércio ambulante de gêneros em Florianópolis (que antes se chamava Desterro) nas transformações da cidade e do mercado de trabalho no século XIX. Constatei que as mulheres - e sobretudo as mulheres africanas - eram fundamentais para todo o funcionamento daquela que era considerada a atividade mais importante na região: o comércio ligado à produção e circulação de gêneros alimentícios. Elas dominavam as redes que alimentavam o comércio ambulante e o Mercado Público, e isso era uma parte substancial das atividades de trabalho urbano. Então podemos colocar questões de história social do trabalho para essas evidências, sobre qual o significado da atuação delas, naquele momento de reconfiguração das relações de trabalho, após a lei que proibia o tráfico atlântico de escravos, após a lei de 1871, durante o grande período de imigração e com a construção de um novo mercado público no período republicano. Ao atentar para as relações de gênero, podemos compreender os trabalhos das mulheres nas disputas pela ocupação dos espaços da cidade e o lugar dos africanos e descendentes, naquela sociedade, como agentes de movimentação de toda a rede de relações econômicas e sociais. E isso significa pensar por quais mecanismos se deu a construção da dignificação do trabalho branco e masculino no final do século XIX e início do XX que apagou a presença de mulheres e africanos e sua importância da história.

E é preciso reiterar que as mulheres sempre trabalharam. Nesse sentido não dá para falar de ingresso da mulher no mercado de trabalho sem definir e repensar o que é esse mercado de trabalho em cada período, de que ocupações estamos falando, de que mulheres estamos falando, quem são elas e o que chamamos de trabalho. Ou

³ DAVIS, Natalie Zemon. “‘Women’s History’ in Transition: The European case”. *Feminist Studies*, v. 3, nº 3/4, spring-summer, 1976. p. 83-103.

seja, quais eram os trabalhos possíveis e disponíveis para as mulheres, o que elas faziam e se isso era chamado ou não de trabalho. Então, pesquisas com as relações de gênero numa perspectiva de história social podem nos possibilitar desenvolver pesquisas sobre a formação da classe trabalhadora e suas lutas por direitos e cidadania de forma ampla e inclusiva.

Abordamos essas questões na apresentação do dossiê “Perspectivas de gênero nos mundos do trabalho” na Revista Mundos do Trabalho há algum tempo⁴. E os espaços de discussão no GT Mundos do Trabalho têm sido ampliados pelas demandas de jovens pesquisadoras e também pelos debates dentro do campo, com mesas e simpósios abordando o trabalho das mulheres e gênero, assim como a diversidade de formas de exploração do trabalho entre a escravidão e a liberdade para contemplar pesquisadoras e pesquisadores que estejam interessados em análises sobre as relações de gênero numa perspectiva de história social do trabalho.

É animador também que essas redes de pesquisadores estejam se ampliando e se conectando internacionalmente, sobretudo na América Latina. Temos elaborado um diálogo estreito com o grupo História Social e Gênero, do Instituto Interdisciplinar de Estudos de Gênero na Universidade de Buenos Aires (UBA) e esperamos que em breve possamos organizar eventos e encontros regulares que aproximem pesquisadores e pesquisadoras dos dois países. Além disso, é muito positivo que haja cada vez mais mulheres apresentando trabalhos nos eventos, como conferencistas ou coordenando simpósios porque as relações de gênero estão no centro das disputas pelo poder e na forma como ele se constitui em todas as instâncias, inclusive na academia.

Entrevista concedida em 28/07/2016

⁴ Dossiê “Perspectivas de gênero nos mundos do trabalho”. Revista Mundos do Trabalho, v. 1, nº 2, 2009.